



As formas de acção passíveis de forçar o Governo a ir ao encontro das nossas reivindicações são as que, simultaneamente, mobilizem o sector, sejam sentidas por este como eficazes e que obtenham apoio junto da opinião pública, isolando o Governo e a sua política educativa e anti-sindical.

## I - Objectivos desta Consulta aos Professores

A Semana de Consulta aos Professores, que decorre entre 20 e 24 de Abril, é mais uma fase crucial do processo de luta que os professores e educadores vêm desenvolvendo no último ano e assume-se como uma via para que, democrática e participadamente, todos os docentes possam expressar a sua vontade e, no debate e na reflexão, construir uma posição colectiva sobre a sua profissão e sobre o futuro da escola portuguesa.

É, contudo, muito mais do que isso:

- é, em si mesmo, uma forma de dar visibilidade aos seus problemas e à sua luta;

- é um importante momento que se pretende que venha a constituir um suporte à mobilização e um instrumento de reforço da unidade dos professores e da sua capacidade de acção e de luta;

- é, em si própria, uma forma de luta - uma manifestação de resistência à arbitrariedade e à arrogância de um poder assumidamente absoluto que impõe medidas altamente lesivas para a escola portuguesa e para os seus professores.

A intransigência da equipa do Ministério da Educação, a sua inflexibilidade e arrogância, não tomando em consideração a vontade publicamente expressa da classe docente, levantam questões para as quais precisamos de respostas claras e do compromisso dos professores:

- **Através de que formas de acção devemos prosseguir a luta, face à intransigência do Ministério da Educação e à proximidade do intenso período eleitoral que se aproxima?**

- **No percurso que foi feito, que avanços se obtiveram?**

- **Que resultados se exigem para a melhoria das condições de trabalho dos professores, de funcionamento das escolas e das aprendizagens dos alunos, no quadro da acção pela revisão do ECD e pela revogação do modelo de avaliação?**

No sentido de sistematizar o debate a efectuar nas escolas, centrado na procura das melhores respostas a estas questões, seguem algumas indicações sobre a organização e conteúdos a debater nas reuniões que se realizarão ao abrigo da lei sindical em toda esta semana.

O Estatuto da Carreira Docente imposto pelo Ministério da Educação e a sua rejeição pelos professores, que exigem uma efectiva renegociação, está claramente no centro das nossas reivindicações. Sendo esta a realidade, tal não obsta a que os motivos do descontentamento sejam ainda mais globais, pois integram o generalizado sentimento de recusa da degradação da imagem e do Estatuto da profissão e dos profissionais docentes e a consciência de que a luta dos professores se integra na luta mais geral de todos os trabalhadores, designadamente da Administração Pública.

A estratégia seguida pelo Ministério da Educação para impor o seu ECD e a correspondente desvalorização da profissão docente, assente no esforço para desprestigiar a profissão, tem tido pesadas consequências em termos de perda de auto-estima, de desrespeito pela docência, nomeadamente no que respeita aos alunos - constituindo-se como um dos factores que contribuem para o agravamento dos problemas de indisciplina e mesmo de violência na escola.

Contudo, o ME nestes dois anos não conseguiu impor o seu modelo de avaliação, tendo sido obrigado a abandonar alguns dos aspectos que, de início, considerou indispensáveis.

Importa clarificar, portanto, os nossos objectivos e propostas concretas para os atingir, devendo ser elaborada uma síntese informativa do debate realizado na escola ou agrupamento.

Conscientes das dificuldades da acção reivindicativa, parece-nos que, para além dessa clarificação global dos nossos objectivos, deverão também ser definidos os nossos objectivos a curto prazo - até ao final do actual ano lectivo -, tomando em consideração o período eleitoral que se avizinha e as suas incidências no que à intervenção sindical dos professores diz respeito.

As formas de acção passíveis de forçar o Governo a ir ao encontro das nossas reivindicações são as que, simultaneamente, mobilizem o sector, sejam sentidas por este como eficazes e que obtenham apoio junto da opinião pública, isolando o Governo e a sua política educativa e anti-sindical.

Não é fácil explicitar formas de acção com este conjunto de características. É essa, portanto, uma das principais finalidades, senão a principal, desta consulta geral aos professores.

### II - Aspectos organizativos

**1) A Consulta Geral dos Professores sobre o estado da Escola Portuguesa, da Profissão Docente e as perspectivas de acção face à intransigência do Ministério da Educação, assume-se inequivocamente integrada no processo de luta, em que se pretende:**

- a)** Que as reuniões sejam muito participadas na **concretização do direito de reunião** previsto na lei sindical. Estas reuniões realizam-se nas escolas ou sedes de agrupamento, pelo que, ao ME, não levanta qualquer dúvida quanto à justificação das faltas dadas pelos docentes.

- b)** Que as reuniões se efectuem na generalidade das escolas nos dias 20 a 24 de Abril, com um calendário (data/hora) conforme as disponibilidades dos dirigentes/delegados responsáveis e as condições mais favoráveis para cada escola. Nos casos em que, apesar desse período alargado não existam delegados e/ou dirigentes sindicais que organizem e dinamizem a realização da reunião, os professores devem auto-organizar-se e realizarem-na sob a coordenação e articulação do dirigente responsável. Nesse sentido, deverão contactar previamente um dos Sindicatos da Plataforma, para acautelarem aspectos formais, tais como a justificação de faltas.

- c)** As reuniões sindicais desta semana de consulta devem:

- i** - Ser dinamizadas pelas estruturas sindicais activas na zona, em articulação com os activistas e dirigentes/delegados que trabalham nas escolas, para o que é conveniente que nos dias que antecedem o período de 20 a 24 de Abril se efectuem os necessários contactos e se **preparam os dirigentes/delegados sindicais** para a dinamização das reuniões. As acções a levar por diante serão:

- reuniões com dirigentes e delegados sindicais;

- preparação de um dossier fundamentado sobre as posições que deverão estar sintetizadas no Guião;

- Indicação dos meios electrónicos disponíveis para, simultaneamente, se proceder à recolha de informações e opiniões importantes para o prosseguimento da luta.

- ii** - Ser objecto duma articulação entre estruturas sindicais e entre

dirigentes de que resulte **um mapa-síntese que faça o ponto da situação da preparação** das reuniões, de que devem constar necessariamente:

- o estabelecimento de contactos prévios com colegas das várias escolas que colaborem na realização da respectiva reunião, que se constituam como promotores do debate.

- a confirmação das escolas em que está assegurada a realização das reuniões - com a indicação dos responsáveis pela sua dinamização e a **data/hora** da sua realização.

- a indicação das escolas/agrupamentos em que a realização da reunião ainda não se encontra assegurada, como via tendente a corrigir tal insuficiência garantindo a realização da reunião.

- a convocatória da reunião aos colegas da escola recorrendo a cartazes, tarjetas, power-point, avisos verbais nos intervalos dos dias anteriores e outras formas que a criatividade que cada um coloque ao serviço desta acção.

**2) As reuniões terão a seguinte Ordem de Trabalhos:**

DEBATE SOBRE O ESTADO DA ESCOLA PÚBLICA E DA PROFISSÃO DOCENTE e sobre como agir para atingir os objectivos dos professores:

- Objectivos da acção dos professores e do movimento sindical docente:

- aspectos mais negativos do ECD do ME, renegociação do estatuto e processo de avaliação do desempenho;

- as posições dos professores.

- Formas de acção a desenvolver para atingir esses objectivos.

- Aprovação de tomada de posição no âmbito da escola/agrupamento.

3) Para efeitos de recolha e sistematização dos resultados do debate de cada reunião deverá ser feita uma síntese para a qual será distribuído um impresso próprio.

4) A divulgação desta iniciativa será feita através dos meios de informação dos Sindicatos da Plataforma, sendo que serão produzidos os seguintes materiais:

- a) Cartaz de divulgação da iniciativa para ser distribuído por todas as escolas e jardins de infância;

- b) Tarja com a indicação da data, local e hora da realização da reunião, em cada Escola não agrupada ou sede de Agrupamento de Escolas, para ser distribuída por todas as escolas e jardins de infância;

- c) Tarjeta de apelo à participação nesta iniciativa, com a referência a aspectos que devem ser considerados por todos os professores e educadores para que se mobilizem para participar nos debates;

- d) Outros materiais de propaganda que devem ser adoptados conforme as necessidades.

## III - Síntese dos aspectos a discutir

São aspectos a discutir nas reuniões que se realizam em todo o país:

- a) A forma como decorre o processo de revisão do ECD; propostas apresentadas ao governo e o seu comportamento anti-negocial;

- b) O problema da divisão da carreira em categorias, diferenciando-se os docentes pelo seu conteúdo funcional e não pelo mérito revelado no seu